

Norma-padrão e ensino de português no Brasil

Carlos Alberto Faraco

1. A questão

A questão da norma-padrão do português brasileiro escrito está em aberto. Ou, dito de forma mais direta, está ainda mal resolvida. Como consequência, está igualmente mal resolvido o seu ensino. Falta-nos não apenas uma pedagogia renovada da norma-padrão, mas, antes de tudo, nos falta um objeto delineado com relativa precisão a que se possa reconhecer, consensualmente, como a norma-padrão do português brasileiro escrito contemporâneo.

Para entender essa situação, é necessário percorrer a atabalhoada história da estipulação de uma norma-padrão para a escrita no Brasil, bem como as principais características da realidade linguística brasileira em meio à qual devem se situar os processos padronizadores para a escrita.

2. A diversidade linguística do Brasil

Comecemos, então, por considerar as principais características da realidade linguística brasileira. O Brasil é um país multilíngue, embora não se reconheça oficialmente como tal. Em seu território, são faladas aproximadamente 180 línguas indígenas, algumas das quais (o baniwa, o tukano e o nheengatu, por exemplo) são consideradas como línguas oficiais na esfera municipal, em particular na Amazônia.

Há também dezenas de línguas de herança, trazidas pela imigração antiga e moderna. E as fronteiras com os demais países da América do Sul se mostram bastante porosas e há, nessas áreas,

contatos permanentes e multifacetados do português com o espanhol.

Cabe lembrar também que o país oficializou, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), própria das comunidades surdas.

O português, por seu turno, é, desde a virada do século 19 para o 20, a língua majoritária e hegemônica do Brasil.

2.1. As variedades urbanas cultas do português brasileiro falado

O português brasileiro falado é marcado por uma grande heterogeneidade que se manifesta nas inúmeras variedades regionais, cada qual com suas peculiaridades fonéticas, prosódicas, lexicais e morfossintáticas. Essa diversidade não interfere, em princípio, na intercompreensão de falantes de diferentes regiões. Atrás dela, estão as particularidades de como se deu, historicamente, a ocupação demográfica de cada região.

Em geral, as variedades regionais não são alvo de atitudes sociais negativas. Ao contrário, a diversidade geolinguística do país costuma ser celebrada. Sinal claro disso era o grande espaço que o Museu da Língua Portuguesa, de São Paulo, em sua exposição anterior ao incêndio de 2015, reservava a ela e, certamente, vai continuar a reservar na sua reabertura em breve.

A situação muda radicalmente de figura quando estamos diante das variedades sociais. O português brasileiro falado é, ainda, uma língua partida socialmente entre variedades ditas cultas e variedades ditas populares, embora haja claros indica-

¹ Professor Titular (aposentado) de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal do Paraná (Curitiba). Atualmente, Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma Universidade.

² Nota da edição: O Museu da Língua Portuguesa de São Paulo reabriu ao público a 31 de julho 2021 após a escrita deste artigo.

dores de que as maiores diferenças entre os dois grupos de variedades estão se atenuando (cf. Lucchesi: 2015).

De um lado dessa partição, se encontram as variedades que gozam de prestígio social. Podemos reunir-as, como tradicionalmente se faz, sob o rótulo de *variedades urbanas cultas*, apesar de todos os problemas que o adjetivo “cultas” possa nos trazer, principalmente a suposição de que os falantes de outras variedades sejam “incultos” ou “não tenham cultura”, suposição que não passaria de uma aberração antropológica.

É preciso entender que as variedades do português brasileiro falado socialmente prestigiadas estão correlacionadas com os segmentos populacionais tradicionalmente urbanos, com níveis médios e altos de renda, e que, por isso, sempre dispuseram de escolarização básica completa; puderam, muitos, alcançar a educação universitária; e tiveram sempre acesso amplo aos bens da cultura escrita.

Assim, se deve entender o adjetivo “cultas”, aplicado às variedades de prestígio, em estrita e exclusiva correlação com cultura escolar e escrita e não com cultura em sentido geral. As variedades urbanas cultas do português brasileiro falado são, portanto, aquelas próprias dos segmentos sociais urbanos plenamente escolarizados e letrados.

Essas variedades têm relativa unidade nacional em suas características morfossintáticas. Admitem, porém, variadas pronúncias regionais e se distribuem, estilisticamente, entre registros mais ou menos formais. São elas que ocorrem nos meios de comunicação social (rádio e televisão) que, por isso, dão audibilidade ampla ao que se poderia considerar como a norma-padrão atual do português brasileiro falado.

É importante que se diga, neste ponto, que nunca se definiu um padrão para a pronúncia do português brasileiro. Um padrão se consolidou, de certa forma, espontaneamente, com o próprio

prestígio das pronúncias urbanas cultas. Daí o fato de ser um padrão de pronúncia variado e flexível que admite, por exemplo, tanto a pronúncia alveolar quanto a pronúncia palatal da fricativa /S/ no travamento silábico (como, por exemplo, em *desgarrar* e *casca*); ou a pronúncia palatalizada ou não das consoantes /t/ e /d/ diante da vogal /i/ (como, por exemplo, em *dia* e *tia*).

Quanto à pronúncia do /R/ no travamento silábico (como, por exemplo, em *porta* e *carga*), são várias as pronúncias de prestígio; a única que ainda sofre certo estigma é a pronúncia retroflexa, típica de uma região dialetal que abrange o interior do Estado de São Paulo, parte de Minas Gerais e o Norte do Paraná.

Afora o vocalismo conservador (sem as elevações e centralizações das vogais átonas que ocorrem no português europeu), talvez uma das marcas mais salientes do português brasileiro falado seja a vocalização da consoante lateral em travamento silábico (como, por exemplo, em *maldade* e *Brasil*), inovação de pronúncia que se disseminou por volta da década de 1930 e é, hoje, praticamente universal no país, com exceção de algumas áreas do extremo Sul.

Houve tentativas de fixar uma pronúncia padrão para o teatro e o canto. Realizaram-se, inclusive, dois Congressos nesse sentido – o da Língua Cantada, em 1937, e o da Língua Falada no Teatro, em 1957. Em ambos, se estabeleceu que se tomaria como padrão para as duas situações a pronúncia do Rio de Janeiro.

Foram decisões arbitrárias e artificiais, muito mais por razões extralingüísticas que linguísticas, e, por isso, nunca foram adotadas efetivamente como padrão de pronúncia. Primeiro, é preciso considerar que a pronúncia do Rio de Janeiro é muito variada (cf., por exemplo, os estudos de Callou e Marques: 1975; e Callou: 1987). Seria necessário construir um modelo abstrato que, no fundo, teria mesmo pouca eficácia.

Por outro lado, algumas das marcas mais salientes da pronúncia carioca, como a pronúncia palatal do /S/ em final de sílaba e a pronúncia aspirada glotal do /R/ no mesmo ambiente, nunca foram acolhidas nem no teatro, nem no canto, nem nos meios de comunicação social. Em todas essas situações, há, sim, um esforço para neutralizar características sentidas como marcas muito regionais de pronúncia, embora socialmente prestigiadas.

2.2. O português brasileiro culto escrito

A língua escrita formal, por sua vez, própria do discurso jornalístico e acadêmico, pertence, obviamente, à esfera das variedades urbanas cultas. Ou seja, embora haja algumas diferenças morfossintáticas e um relativo distanciamento entre os registros formais das falas cultas e a escrita formal brasileira, pode se dizer que todo o conjunto se organiza com base numa gramática essencialmente comum.

No passado, as obras literárias foram sempre a principal, senão a única, referência para a escrita formal. Contudo, a literatura, no correr do século 20, se abriu para a representação estética de um amplo leque de variedades linguísticas. Desse modo, a literatura mantém, claro, seu prestígio linguístico-cultural, mas já não é mais, necessariamente, tomada como o parâmetro único da escrita formal. Modernamente, é inevitável considerar os discursos jornalístico e acadêmico como as principais manifestações da escrita formal.

O jornalismo se faz, basicamente, tendo como referência os registros formais das variedades urbanas cultas, mas, pela diversidade de gêneros que engloba, acolhe também registros mais informais dessas variedades, em particular, nas páginas esportivas, nas crônicas e nas histórias em quadri-

nhos, conforme têm mostrado as pesquisas da Profa. Silvia Vieira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (cf. Vieira e Lima: 2019). O discurso acadêmico, no entanto, se atém aos registros formais e raramente acolhe suas contrapartes informais.

Desse modo, nos gêneros jornalísticos mais formais (editoriais, artigos de opinião, notícias e reportagens) e nos gêneros acadêmicos (teses, dissertações, artigos científicos) escritos no português brasileiro, há, perceptivelmente, grande proximidade com seus equivalentes escritos no português europeu. Nesse sentido, se a língua falada distancia bastante o português europeu e o português brasileiro, a escrita formal os aproxima razoavelmente.

Do ponto de vista da ortografia, a escrita brasileira está padronizada em conformidade com o disposto no Acordo Ortográfico de 1990. A sua introdução se deu em 2010, por decreto presidencial. Houve um período de seis anos, de 01/01/2010 a 31/12/2015, em que foi possível ainda o uso da ortografia anterior. No entanto, esta praticamente deixou de ser usada já no primeiro ano desse longo período.

Como se vê, é amplo o espectro das variedades urbanas cultas do português brasileiro. Mas, ao lado delas, estão as variedades socialmente estigmatizadas, costumeiramente reunidas sob a designação de *português popular*.

2. 3. As variedades populares do português brasileiro falado

A origem remota dessa partição entre um português brasileiro dito culto e um português brasileiro dito popular se encontra na sociedade colonial. O Brasil foi uma colônia de povoamento cuja economia, fundamentalmente de produção agrária para exportação, estava baseada na mão de obra escravizada.

Essa estrutura econômica perdurou por 300 anos e marcou profundamente a sociedade brasileira. Seus muitos efeitos não foram ainda inteiramente superados. Os maiores deles são, certamente, o racismo estrutural de que é alvo a população afrodescendente e a grande desigualdade socioeconômica que afeta essa mesma população, como resultado de não lhe terem sido garantidos meios, ao tempo da abolição da escravatura (1888), para se incorporar dinamicamente à economia do país.

Tem havido, desde o início do século 21, políticas afirmativas no sentido de minorar essa desigualdade, principalmente por meio da garantia de acesso ao ensino universitário. Contudo, é ainda enorme o quanto se tem de fazer para tornar a sociedade brasileira mais equilibrada socioeconomicamente.

A partição socioeconômica de origem colonial teve reflexos diretos sobre a língua portuguesa no Brasil, produzindo nela a partição entre variedades cultas e variedades populares. E isso porque o aprendizado da língua pelos escravizados trazidos da África e pelos indígenas absorvidos pela sociedade colonial se deu de forma bastante precária e distante do português das classes senhoriais.

Essa precariedade acarretou simplificações e/ou eliminações de estruturas morfossintáticas, fenômenos que se nativizaram à medida que foram transmitidos aos descendentes endógamos e mestiços dos segmentos populacionais escravizados, desenhando, assim, o perfil das variedades populares do português brasileiro falado.

O indicador mais evidente desse complexo processo histórico é a baixa frequência das regras de concordância verbal nas variedades populares. Embora os estudos sociolinguísticos atuais estejam mostrando que, contemporaneamente, está havendo um aumento significativo na frequência

dessas regras nessas variedades, a concordância verbal continua sendo o principal fator a motivar os estigmas sociais que recobrem as variedades populares. Em outras palavras, as variedades do português popular, surgidas originalmente no campo, estão se aproximando das variedades urbanas cultas como efeito da urbanização e da escolarização. No entanto, o estigma ainda as afeta.

Os segmentos populacionais escravizados nunca tiveram acesso à educação formal e aos bens da cultura letrada. Mesmo depois da abolição da escravatura, ficaram à margem da escolarização, até porque habitavam, em sua maioria, nas zonas rurais, onde a escola raramente chegava.

Essa realidade só começou a mudar com o massivo processo de urbanização da população brasileira que teve início no fim da década de 1940 e se estendeu até, praticamente, as portas do século 21. Em 50 anos, se inverteram os percentuais de distribuição demográfica do país. Se no início do processo, 75% da população estava no campo e 25%, nas cidades; hoje, 80% está nas cidades e apenas 20%, nas zonas rurais.

Essa urbanização intensa e relativamente rápida reconfigurou a sociedade brasileira e trouxe imensas demandas de moradia, transporte, emprego, segurança, saúde e educação, demandas ainda não suficientemente atendidas.

Na educação, por exemplo, já se conseguiu universalizar os primeiros anos da escola fundamental, mas não os anos finais e o ensino médio. A ampliação da rede escolar e do quantitativo de matrículas foi muito expressivo. No entanto, a qualidade da educação que se oferece está ainda aquém do satisfatório. Nesse sentido, tem sido constante a reiteração, entre outros indicadores, dos índices do chamado analfabetismo funcional, que continuam altos.

3. O ensino de português no Brasil

No caso específico do ensino de português, apesar de contínuos debates desde a década de 1980 no sentido de se privilegiar o domínio das práticas de oralidade em situações formais e de leitura e escrita, deixando o saber gramatical, na sua dimensão metalingüística, como auxiliar e subsidiário, continua prevalecendo, no trabalho escolar, a pedagogia tradicional, que dá centralidade ao ensino do saber gramatical e o faz, em geral, desvinculado do domínio das práticas de linguagem oral e escrita.

Como resultado dos debates dos últimos 40 anos, os documentos curriculares oficiais, os sistemas de avaliação e os programas educacionais nacionais (como o do livro didático, por exemplo) se pautam por coordenadas que privilegiam o domínio das práticas de linguagem e deixam o saber gramatical em plano subsidiário.

No entanto, essas coordenadas repercutem pouco ainda no sistema escolar como um todo. Talvez, em parte, porque, com a expansão da rede escolar e das matrículas, foi necessário ampliar muito rapidamente o número de docentes. Em consequência, sua formação não tem sido suficientemente adequada para capacitá-los a desenvolver uma ação pedagógica renovada. Sentem-se, portanto, mais seguros, reproduzindo simplesmente o saber gramatical em sua dimensão metalingüística, saber esse que, em tese, aprenderam em sua própria escolaridade.

Quanto à dimensão normativa, são muitos os problemas que a escola brasileira enfrenta. De um lado, a urbanização e a ampliação quantitativa da escolaridade trouxeram, para dentro de boa parte das escolas, as variedades populares estigmatizadas.

Se no passado, havia pouca distância entre a variedade privilegiada como modelar pela escola, a

variedade dos professores e a variedade dos alunos, há, na nova conjuntura, claros conflitos sociolinguísticos entre a variedade privilegiada pela escola, as variedades dos professores e as variedades dos alunos. E o sistema escolar não desenvolveu ainda um conceitual capaz de oferecer alternativas pedagógicas para o enfrentamento e dissolução desses conflitos de modo a garantir a todas as crianças e jovens o efetivo domínio das práticas da oralidade formal, da leitura e escrita e das variedades que lhe são próprias.

Esses entraves refletem o fato de que a própria sociedade brasileira ainda não entende, com clareza, sua história e realidade sociolinguísticas e tem, em consequência, dificuldades para aceitá-las. Se a diversidade regional é, com raras exceções, motivo de celebração e orgulho, o estigma que recobre as variedades populares do português brasileiro falado é ainda muito forte e disseminado entre os segmentos mais escolarizados e letRADOS.

Por outro lado, a falta de uma norma-padrão consensual para o português brasileiro escrito contemporâneo afeta diretamente as ações da escola. A referência continua sendo, em princípio, o que se estipulou como norma-padrão no século 19 e se encontra apresentado nas gramáticas normativas tradicionais. No entanto, a artificialidade dessa norma redonda na limitada eficácia de seu ensino. São poucos os que efetivamente a conhecem e a usam coerentemente. Os próprios professores de Português a conhecem mal.

Em consequência, há grande insegurança entre os falantes quanto ao uso da norma-padrão tradicional na escrita. E dois fenômenos peculiares, claros indicadores da limitada eficácia do seu ensino, têm sido detectados. Primeiro, o surgimento entre os concluintes da educação básica do que a linguista Mary Kato (2005) chamou de “terceira gramática”, ou seja, de construções que não se afinam nem

com a gramática normativa tradicional, nem com a gramática internalizada dos falantes.

São exemplos períodos iniciados com oblíquos átonos de terceira pessoa (“O encontrou perto da escola”). A gramática normativa tradicional proíbe iniciar período com pronomes oblíquos átonos. A gramática internalizada do português brasileiro falado não opera mais, na prática, com os oblíquos átonos de terceira pessoa, que são substituídos ou pelo pronome reto (“Encontrou ele perto da escola”) ou, mais frequentemente, pelo não preenchimento do objeto (“Encontrou perto da escola”).

As construções da “terceira gramática” mostram, então, um híbrido sintático. Os estudantes incorporaram os oblíquos de terceira pessoa (ainda amplamente usados no português brasileiro escrito). Absorveram, portanto, como resultado da escolarização, um fenômeno da gramática normativa tradicional. No entanto, o usam em próclise, que é a colocação própria do português brasileiro falado e interditada, na escrita, aos oblíquos em geral pela gramática normativa tradicional.

Uma segunda consequência da limitada eficácia do ensino da norma-padrão tradicional é o desenvolvimento de uma rentável indústria de livros e cursinhos que prometem preencher as lacunas da escola, tendo em vista, principalmente, os concursos para cargos e empregos públicos.

As provas de português desses concursos são elaboradas de acordo com programas centrados no saber grammatical tradicional, seja em sua dimensão metalingüística, seja em sua dimensão normativa. Como a escola deixa lacunas, abre-se, então, um amplo espaço para a exploração mercadológica dos saberes gramaticais.

O grave problema é que tanto as provas de português dos concursos públicos quanto os livros e cursinhos mercadológicos se pautam por um saber enrijecido e dogmático, por uma transposição in-

flexível e reducionista do que estipulam os instrumentos normativos mais referenciados. A esse modo estreito de apresentar a norma-padrão tradicional, temos dado o nome de *norma curta* (cf. Faraco: 2008).

Assim, por falta de uma norma-padrão consensualmente delineada, criam-se condições para o que se assemelha a um charlatanismo grammatical: regras rígidas e categóricas sem base empírica e mesmo sem respaldo nos instrumentos normativos mais referenciados.

Os professores de Português têm de lidar, portanto, com grandes dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho e não contam com suportes adequados para enfrentá-las. De um lado, estão os conflitos sociolinguísticos, presentes na escola, entre diferentes variedades do português brasileiro falado. E os professores não dispõem de uma pedagogia da variação linguística que possa orientar o enfrentamento positivo desses conflitos e a sustentação do ensino das variedades prestigiadas socialmente.

De outro lado, o artificialismo da norma-padrão tradicional, seu distanciamento cada vez maior da língua efetivamente falada e escrita no Brasil e o pouco conhecimento que os próprios professores (assim como a maioria dos concluintes da educação básica) têm dela induzem a um ensino rígido, estreito e fragmentado que apenas agrava o já baixo domínio da escrita formal com que muitos concluem a educação básica.

Como se pode ver, a situação da norma-padrão escrita e seu ensino no Brasil é um tema complexo e sem uma solução à vista. Há uma atabalhoadade histórica atrás dessa situação. Conhecê-la poderá contribuir, talvez, para sua superação crítica.

4. A história da norma-padrão no Brasil

A questão de uma norma-padrão para o Brasil emergiu na segunda metade do século 19 e teve, em seus fundamentos, ácidas polêmicas entre intelectuais portugueses e brasileiros sobre aspectos da língua que se manifestavam nas obras literárias de escritores brasileiros.

Os intelectuais portugueses identificavam diferenças entre a escrita literária portuguesa e a brasileira. No entanto, não as reconheciam apenas como diferenças, mas classificavam o que se afastava da escrita europeia como uso errado da língua.

O romancista José de Alencar (1829-1877), o principal alvo das polêmicas, buscou sempre contra-argumentar, mostrando, inclusive, que muitas de suas preferências estilísticas ocorriam no chamado português clássico.

Apesar disso, o que acabou por prevalecer nos meios intelectuais brasileiros, postos entre dois fogo – as simplificações do português popular e a crítica dos escritores portugueses –, foi a ideia de que os brasileiros falavam mal o português e o escreviam com erros.

Essa cultura do erro motivou, então, a elaboração de uma norma-padrão inspirada não nas características das variedades urbanas cultas brasileiras, faladas e escritas, mas nos padrões da escrita europeia (cf. Faraco: 2008, para detalhes dessa história).

Ora, desde o início, essa norma-padrão – artificial e, portanto, distante do senso linguístico dos falantes brasileiros – nunca conseguiu se estabelecer efetivamente como língua modelar. Foram sempre poucos os que a dominaram e a usaram coerentemente. E, com as mudanças socioeconômicas que reconfiguraram a sociedade brasileira na segunda metade do século 20, mais distante ela

ficou ainda de se viabilizar como referência efetiva para a escrita formal brasileira contemporânea.

Assim, do ponto de vista normativo, há, no Brasil, uma grande distância entre o que se faz efetivamente e o que se diz que se deveria fazer. Ou seja, há uma grande distância entre a norma culta (os registros formais das variedades urbanas cultas) e a norma-padrão (o estipulado nas gramáticas normativas tradicionais como modelo de língua).

A questão toda se nuançou um pouco com a Semana de Arte Moderna de 1922. A geração de escritores que se identificou com os novos projetos estético-literários defendeu um afastamento da sintaxe escrita europeia e uma incorporação de fenômenos da sintaxe urbana culta brasileira falada à escrita literária.

Apesar de gestos de abrasileiramento da escrita por parte dos escritores, as gramáticas normativas tradicionais continuaram a insistir no padrão europeu. Ampliou-se, desse modo, o fosso entre o que se faz na prática (a norma culta) e o que aceitam os instrumentos normativos (a norma-padrão).

Um exemplo simples vem da colocação dos pronomes oblíquos átonos em locuções verbais. A prática normal na escrita culta contemporânea brasileira é não ligar o pronome ao verbo auxiliar com hífen. Escreve-se “a autora vai se encontrar com seus editores amanhã”. As gramáticas, contudo, continuam ou simplesmente não registrando essa prática (tapando, portanto, o sol com a peneira), ou condenando-a por não seguir a escrita europeia. Entendem os gramáticos que o pronome está enclítico ao auxiliar e não proclítico ao verbo principal, como é sentido por qualquer falante brasileiro.

O tema, aliás, mais candente à época das polêmicas oitocentistas foi, precisamente, a colocação

dos pronomes oblíquos átonos. As diferenças entre a sintaxe portuguesa e a sintaxe brasileira são facilmente percebidas. Se tivesse havido um estudo histórico criterioso, a intelectualidade dos dois lados do Atlântico teria se dado conta de que a colocação brasileira (fundamentalmente proclítica) conservava o que era normal nos séculos 15 e 16. Como o português brasileiro não passou pelas mudanças fonético-fonológicas que alcançaram o português europeu nos séculos 17 e 18, manteve os padrões rítmicos antigos e não alterou a colocação dos oblíquos átonos. No Brasil, a próclise continuou (e continua) a ser a colocação normal dos oblíquos na sentença. Nesse aspecto específico, o português brasileiro é mais conservador que o português europeu.

Não obstante isso, as gramáticas normativas tradicionais continuam asseverando que a ênclise – embora seja, no geral, estranha para qualquer brasileiro e de uso restrito a casos muito específicos – é a posição “normal” dos oblíquos átonos. E isso porque as regras estipuladas no século 19 pelos gramáticos brasileiros tomavam a colocação europeia como referência.

O mesmo tipo de situação afeta a regência de muitos verbos. Há sintaxes inovadoras no português brasileiro que, apesar de registradas e reconhecidas por instrumentos normativos (por exemplo, pelo *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*, organizado por uma equipe coordenada pelo lexicógrafo Francisco da Silva Borba e com base num extensíssimo corpus da língua escrita brasileira desde 1950), continuam a ser inconsistentemente condenadas, em especial pelos manuais da *norma curta*, mas não só. Mesmo um dicionário como o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* mantém restrições a regências brasileiras correntes.

Há, por exemplo, uma forte tendência, no português brasileiro, a tornar transitivos diretos os verbos que, originalmente, regem complementos indiretos com a preposição *a* (“assistir um filme, visar o público infantil, aspirar o cargo, obedecer o regulamento etc.”). Por outro lado, também ocorre a transformação em transitivos indiretos de verbos transitivos diretos (implicar em, namorar com etc.) por pressão de processos como a proximidade semântica com verbos de regência indireta (namorar com / casar com) ou a reduplicação do prefixo em preposição (implicar em).

Uma norma-padrão adequada ao português brasileiro terá de legitimar, ao lado das regências originais, as regências inovadoras correntes nos registros cultos formais. Caberá sempre só ao falante determinar suas preferências estilísticas por regências mais conservadoras ou mais inovadoras.

A regência tem implicações para além do período simples. Assim, se a preferência estilística é pela regência direta e não indireta, as orações subordinadas adjetivas em que o pronome relativo exerce função de objeto não vão se iniciar por preposição. Em consequência, “o filme que nós assistimos ontem” é construção tão legítima quanto “o filme a que assistimos ontem”.

Até aí, tudo bem. Ou seja, verbos que admitem, com o mesmo sentido, mais de uma regência padrão (o caso de “assistir”), admitem também mais de uma sintaxe padrão nas orações adjetivas (o exemplo acima).

Ocorre, porém, que uma área crítica da sintaxe do português brasileiro é justamente a oração adjetiva em que se apaga a preposição que seria obrigatória antes do pronome relativo na função de objeto. São as chamadas relativas cortadoras, como nos seguintes exemplos: “a casa que Maria mora é perto da estação” (em vez de “a casa em que Maria mora”), “o livro que João mais gostou

foi *Dom Casmurro*" (em vez de "o livro de que João mais gostou"), "a rua que eu entrei com o carro era de mão única" (em vez de "a rua em que eu entrei").

Aqui não se trata de regência inovadora (na oração simples, a preposição continua sendo usada categoricamente), mas de uma inovação na sintaxe das orações adjetivas.

Embora esse fenômeno não seja exclusivo do português brasileiro (cf. a *Gramática do Português*, publicada pela Gulbenkian, vol. II, pp. 2127-2133), ele parece ter se difundido mais rápida e extensamente no Brasil e é de ocorrência muito frequente não apenas nos registros informais das variedades cultas do português brasileiro falado, mas também nos registros formais. Só em usos muito monitorados é que ele, de fato, não aparece. Na escrita formal, porém, sua ocorrência é mais rara, mas não inteiramente inexistente. Estamos, pois, diante de uma clara diferença sintática entre a fala e a escrita cultas brasileiras (Cf. Duarte: 2013, para uma discussão de outros aspectos da escrita contemporânea).

Em geral, diante de diferenças como essa, é bastante perceptível que a escrita formal brasileira se mantém conservadora, embora nunca livre de reflexos da oralidade.

Um outro bom exemplo disso é o uso da expressão *a gente* com função pronominal de primeira pessoa do plural. Ela é, hoje, de amplo uso no português brasileiro falado, mesmo nos registros formais das variedades urbanas cultas. No entanto, sua frequência é ainda muito baixa na escrita formal, em que continua prevalecendo o pronome *nós*.

Fato bastante semelhante, a separar o português brasileiro falado do português brasileiro escrito, é o uso do verbo *ter* em sentido existencial em lugar de *haver*. Este só ocorre na fala em situa-

ções muito monitoradas. O existencial regular e praticamente universal, no português brasileiro falado, é o *ter*.

Na escrita, porém, ele continua de baixa frequência e é ainda condenado por instrumentos normativos mais tradicionais. Isso tudo, apesar do poema *No meio do caminho*, do maior poeta brasileiro, Carlos Drummond de Andrade, cujo verso "Tinha uma pedra no meio do caminho" lhe deu, de certa forma, estatuto de cidadania para a escrita formal. No entanto, sua publicação, em 1928, provocou grande escândalo literário e o verbo *ter* existencial permanece à margem da escrita formal.

5. Concluindo

Desde o início do século 21, linguistas brasileiros têm produzido gramáticas descritivas das variedades urbanas cultas do português brasileiro falado e escrito. Aproveitam os resultados, em particular, do projeto NURC-Norma Urbana Linguística Culta, para o português falado (Castilho: 2010; e Bagno: 2011, por exemplo); e do chamado Corpus de Araraquara, constituído pelo Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Universidade Estadual Paulista), câmpus de Araraquara, para o português escrito (Nunes: 2018, por exemplo). São, inegavelmente, valiosos instrumentos linguístico-descritivos (cf. Faraco e Vieira: 2016, para uma ampla análise dessas gramáticas).

No entanto, poucos desses estudiosos da língua portuguesa do Brasil se dispuseram a enveredar pelos caminhos normativos. Os que o fizeram (Azedo: 2010, por exemplo, que é a gramática normativa tradicional mais recente do país, tendo conhecido uma segunda edição em 2018) se mostraram ainda muito tímidos. Desse modo, o imbróglio normativo do Brasil continua em aberto, com efeitos negativos diretos sobre o ensino da língua no país.

Apesar desse imbróglio, quem, fora do Brasil, tem alunos brasileiros em sua sala de aula, numa rede escolar em que o ensino se faz em língua portuguesa, não deve deixar de considerar e acolher positivamente os aspectos mais salientes que caracterizam o português brasileiro urbano culto.

Alguns desses aspectos vão aqui pontuados:

– na pronúncia

- a) o português brasileiro mantém o vocalismo antigo da língua. É conservador, nesse aspecto específico, frente ao português europeu;
- b) é, no entanto, inovador em várias pronúncias: primeiro, na vocalização da consoante lateral /l/ no travamento silábico, pronunciada sempre como a semivogal [w]. Em consequência, palavras como *mal* e *mau*, *calda* e *cauda* se tornaram homófonas. Esse fenômeno afeta, algumas vezes, a escrita de alunos ainda sem o domínio maduro da ortografia, que tendem a trocar a letra l pela letra u. Outra inovação é a pronúncia da vibrante, que deixou de ser apical e varia, hoje, conforme a região, entre fricativa velar [x], vibrante uvular [R] ou fricativa glotal [h], todas igualmente prestigiadas. Nos registros mais informais das variedades urbanas cultas faladas, há uma forte tendência de apagamento dessa consoante nas formas infinitivas do verbo. É bastante comum também a inserção da vogal [i] ou [e], reduzidas (não pronunciadas como se fossem tônicas), entre grupos consonantais, dissolvendo-os, como nos seguintes exemplos: *ad[e]vogado*, *ab[i]surdo*, *p[e]neu*. E, por fim, em diferentes variedades, as consoantes /t/ e /d/ se palatalizam diante de /i/, como em *tia*, *dia* e *noite*, pronunciadas [tchia], [dzhia], [noj-chi];

– na sintaxe

- c) na sintaxe, principalmente na fala, são comuns construções topicalizadas com o tópico retomado como pronome reto na posição de sujeito, tal como no seguinte exemplo: “O professor de Português, ele marcou uma prova para a próxima sexta-feira”. Essas construções são raras na escrita;
- d) ainda na sintaxe, há uma forte tendência à não omissão do pronome sujeito. De outro lado, o complemento direto pronominal de terceira pessoa só se realiza com os pronomes o/a/os/as em situações altamente monitoradas de fala e na escrita formal. Na fala, ou se usa o sintagma nominal pleno, ou o pronome reto ou, mais frequentemente, o pronome objeto é omitido. Assim, a uma pergunta como “Você encontrou minha irmã?”, três são as respostas possíveis: “Sim, eu encontrei tua irmã”; “Sim, eu encontrei ela”; “Sim, eu encontrei”;
- e) como apontamos no texto, as relativas cortadoras, como “o cachorro que eu gostei fui”, são de amplo uso na fala brasileira, embora ainda raras na escrita;
- f) o verbo *ter*, com sentido de existir (“Tinha uma pedra no meio do caminho”), substituiu amplamente o verbo *haver* na fala brasileira, mas ainda é de baixa ocorrência na escrita;
- g) a colocação normal dos pronomes clíticos é a próclise (antes do verbo principal), mesmo em início de período. Neste caso específico, a próclise é praticamente universal na fala (excluídos os pronomes o/a/os/as, que desapareceram da fala), mas ainda sofre certa interdição na escrita mais formal;
- h) o gerúndio é a forma verbal usada nas construções progressivas (como em “Eu estou trabalhando”, “Ela estava brincando”) e em

- predicados secundários (como em “Nós vimos as crianças brincando”);
- i) vários verbos transitivos indiretos com complemento regido pela preposição *a* admitem também, principalmente na fala, a regência direta (“assistir o espetáculo”, “obedecer o regulamento”, “visar o público infantil”);
- no tratamento
- j) os brasileiros se tratam, normalmente, por *você*. Em algumas regiões, ocorre o pronome *tu*, mas, em geral, combinado com a terceira pessoa do verbo e não com a segunda (“Tu viu”, “Tu deve estudar”). Na função de objeto, usa-se o pronome *te* nos dois tratamentos (“Eu já te perguntei duas vezes se tu não vai”, “Eu já te perguntei duas vezes se você não vai”). O *você* também pode ocupar a função de objeto (“Nós vimos você no cinema”, “Ela vai dar a você um belo presente”). O pronome possessivo, para os dois tratamentos, costuma ser *teu* e flexões, mas com *você* também ocorre o possessivo *seu*, dependendo da região ou de um grau de relativa formalidade entre os interlocutores. O tratamento formal no Brasil costuma se fazer com as expressões *o senhor/a senhora*. Por fim, é interessante destacar que o pronome *lhe*, tradicionalmente ocupante da função de objeto indireto, é usado, no Brasil, na função de objeto direto referente ao interlocutor. Tem uma marca de relativa formalidade. Assim, uma oração como “Eu lhe vi perto da escola” equivale a “Eu vi você perto da escola” ou a “Eu vi o senhor/ a senhora perto da escola”;
- k) relacionado com a reconfiguração do sistema pronominal de segunda pessoa, está a realização do imperativo. As formas do imperativo afirmativo de segunda pessoa (*Canta!*) coocorrem em variação com as formas de terceira pessoa (*Cante!*) vindas do subjuntivo (conjuntivo). Em diferentes regiões do país, usa-se uma ou outra em frequências diferentes; ou mesmo uma forma intercambiando com a outra com valores pragmáticos diferentes (*Cante!*, por exemplo, como a forma genérica e *Canta!* como uma forma com a qual o falante expressa maior proximidade com o interlocutor ou marca o reforço de um pedido ou de uma ordem). Em suma, o português brasileiro desvinculou as formas do imperativo dos respectivos pronomes, o que se reflete no imperativo negativo: ambas admitem negação (*Não canta!*, *Não cante!*);
- no vocabulário
- l) por fim, é importante lembrar que o vocabulário do português brasileiro incorporou muitas palavras das línguas indígenas, em especial do tronco tupi, e também das línguas africanas, em especial do grupo bantu, o que lhe dá um traço bastante peculiar frente ao português europeu e outras variedades da língua.

Bibliografia

- Azeredo, J. C. de (2010). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. Publifolha.
- Bagno, M. (2011). *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. Parábola.
- Borba, F. da S. (coord.) (1990). *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Callou, D. (1987). *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. PROED-Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Callou, D. & Marques, M.H. (1975). O -S implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. *Littera, revista para professor de português e de literaturas de língua portuguesa*. V, 9-137. Grifo.
- Castilho, A. T. de (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. Contexto.
- Duarte, M. E. L. (2013). O papel da sociolinguística na descrição da gramática da escrita contemporânea. In M. A. Tavares & M. A. Martins (Eds.) (2013), *Contribuições da sociolinguística e da linguística histórica para o ensino de língua portuguesa* (pp. 117-44). Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Faraco, C. A. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Parábola.
- Faraco, C. A. & Vieira, F. E. (Ed.) (2016). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. Parábola.
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva.
- Kato, M. A. (2005). A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In M. A. Marques, E. Kol ler, J. Teixeira & S. A. Lemos (Eds.) (2005). *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. CEHUM (U. do Minho), pp. 131-145.
- Lucchesi, D. (2015). *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. Contexto.
- Neves, M. H. de M. (2018). *A gramática do português revelada em textos*. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Raposo, E. P. et al. (Eds.) (2013). *Gramática do português*. II. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, S. R. & Lima, M. D. (orgs.) (2019). *Variação, gênero textual e ensino de português: da norma culta à norma-padrão*. Letras-Universidade Federal do Rio de Janeiro.